

Zygmunt Bauman

EUROPA

Uma aventura inacabada

Tradução:

Carlos Alberto Medeiros

Jorge ZAHAR Editor
Rio de Janeiro

Título original:
Europe (An Unfinished Adventure)

Tradução autorizada da primeira edição inglesa
publicada em 2004 por Polity Press,
de Cambridge, Inglaterra

Copyright © 2004, Zygmunt Bauman

Copyright da edição em língua portuguesa © 2006:

Jorge Zahar Editor Ltda.
rua México 31 sobreloja
20031-144 Rio de Janeiro, RJ
tel.: (21) 2240-0226 / fax: (21) 2262-5123
e-mail: jze@zahar.com.br
site: www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.

A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo
ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Preparação de originais: Joyce Monteiro e Arthur Ituassu
Revisão tipográfica: Eduardo Faria e Maria Helena Torres

Capa: Sérgio Campante
Ilustração da capa: Europa carregada por Júpiter,
de Pierre Craubert (entre 1685 e 1744)
© Strapleton Collection/Corbis

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

B341e Bauman, Zygmunt, 1925-
Europa: uma aventura inacabada/Zygmunt Bauman;
tradução Carlos Alberto Medeiros. — Rio de Janeiro: Jor-
ge Zahar Ed., 2006

Tradução de: Europe: an unfinished adventure
ISBN 85-7110-895-1

1. Civilização – Aspectos sociais – Europa. 2. Europa
– Civilização. 3. Europa – História – Século XXI - Filoso-
fia. I. Título.

05-3796

CDD 940.56
CDU 94(4)"20"

• Sumário •

1. Uma aventura chamada “Europa”	7
2. À sombra do império	49
3. Do Estado social para o Estado de segurança	93
4. Rumo a um mundo hospitaleiro à Europa	125
<i>Notas</i>	143
<i>Índice remissivo</i>	149
<i>Agradecimentos</i>	151

Uma aventura chamada “Europa”

Quando a Princesa Europa foi raptada por Zeus disfarçado de touro, o pai dela, Agenor, Rei de Tiro, mandou os seus filhos procurarem a irmã desaparecida. Um deles, Cadmon, navegou até Rhodes, desembarcou na Trácia e saiu a explorar as terras que mais tarde assumiriam o nome de sua infeliz irmã. Em Delfos, perguntou ao Oráculo sobre o paradeiro dela. Quanto a esse aspecto específico, a Pitonisa, fiel ao seu costume, foi evasiva – mas concedeu a Cadmon um conselho prático: “Você não vai encontrá-la. É melhor arranjar uma vaca, segui-la e forçá-la a ir em frente, sem descansar. No lugar em que ela cair exausta, construa uma cidade.” Foi assim, segundo a história, que Tebas foi fundada (e também – permitam-me observar – foi logo após o ocorrido que teve início uma cadeia de eventos que forneceu a Eurípides e Sófocles os fios com os quais eles teceram a idéia européia de lei, permitindo que Édipo praticasse o que seria o arcabouço comum para o caráter, os tormentos e os dramas existenciais dos europeus). “Procurar a Europa”, comenta Denis de Rougemont sobre a lição de Cadmon, “é construí-la!” “A Europa existe mediante a sua busca pelo infinito – e é isso que chamo de *aventura*.”¹

Aventura? Segundo o *Oxford English dictionary*, no inglês da Idade Média, essa palavra significava qualquer coisa que ocorrera

sem planejamento – por acaso, acidente, sorte. Também significava um acontecimento cheio de perigo ou uma ameaça de perda: risco, prejuízo; um empreendimento arriscado ou uma proeza infeliz. Mais tarde, perto dos tempos modernos, “aventura” passou a significar arriscar-se: uma ousadia ou um experimento – um esforço insólito ou excitante, jamais tentado. Ao mesmo tempo nascia um derivado: o *aventureiro* – substantivo altamente ambivalente, sugerindo simultaneamente astúcia e fé cega, prudência e audácia, determinação e falta de propósito. Podemos conjecturar que essas mudanças de significado acompanharam o amadurecimento do espírito europeu: a trajetória pela qual este chegou a um acordo com a sua própria “essência”.

Observemos que a saga das viagens de Cadmon não é a única história antiga a nos passar essa mensagem – longe disso. Num outro conto, os fenícios se põem ao mar para encontrar o continente mítico e tomam posse de uma realidade geográfica que se tornaria a Europa. Segundo uma outra história, após o dilúvio, Noé, quando dividiu o mundo entre os seus três filhos, enviou Jafé (diga-se de passagem, “beleza” em hebraico) à Europa para que lá seguisse a promessa/mandamento de Deus: “Sede, pois, fecundos e multiplicai-vos sobre a terra abundantemente” (Gênesis 9: 7). Ele o armou e o encorajou com a promessa de expansão infinita: “Deus ampliará Jafé” (Gênesis 9: 27), “*dilatatio*” segundo a Vulgata e os Pais da Igreja. Os comentadores da mensagem bíblica assinalam que, ao instruir os seus filhos, Noé deve ter contado apenas com a bravura e o esforço de Jafé, já que não lhe forneceu nenhum outro instrumento para o sucesso.

Há um fio comum que atravessa essas histórias: a Europa não é algo que se descubra, mas uma missão – algo a ser produzido, criado, construído. E é preciso muita engenhosidade, sentido de propósito e trabalho duro para realizar essa missão. Talvez um trabalho sem fim, um desafio eternamente a ser vencido, uma expectativa jamais alcançada.

Os contos diferem entre si, mas em todos eles a Europa é invariavelmente um local de aventura. Aventuras como as interminá-

veis viagens realizadas para descobri-la, inventá-la ou invocá-la; viagens como as que preencheram a vida de Odisseu, que estava relutante em retornar à segurança tediosa de sua Ítaca natal, já que era mais atraído pela excitação de perigos não experimentados do que pelo conforto da rotina familiar, e que foi aclamado (talvez por essa razão) como o precursor, ou antepassado, ou protótipo, dos europeus. Estes eram os aventureiros entre os amantes da paz e da tranqüilidade: nômades compulsivos e incansáveis entre os retraídos e sedentários, errantes e sem destino entre os que prefeririam passar as suas vidas num mundo cujo limite era a cerca da aldeia.

Um antigo debate ainda não foi resolvido: será que H.G. Wells, observador curioso e perspicaz, estava certo ao afirmar que “em terra de cego quem tem um olho é rei”? Ou seria o caso de: em terra de cego quem tem um olho é apenas um monstro, uma criatura sinistra temida pelos “normais”?

Certamente, esse debate permanecerá sem solução, já que os argumentos de ambos os lados são ponderáveis e, a seu modo, persuasivos. Deve-se assinalar, no entanto, que os antagonistas nesse debate assumem uma posição do tipo “isto-ou-aquilo” quando não é um caso nem outro. Uma possibilidade que se perde nesse duelo verbal é a de uma situação do tipo “isto-e-aquilo”: o homem de um olho só sendo *ao mesmo tempo* rei e ogro (com certeza, um evento que não pode ser considerado raro na história passada e presente). Amado *e* odiado. Objeto de desejo *e* ressentimento. Respeitado *e* injuriado. Um ídolo a ser reverenciado *e* um demônio a ser combatido até a última trincheira – algumas vezes simultaneamente, outras em rápida sucessão. Há situações em que o confiante rei de um olho só ignora ou rejeita, impassível, os poucos e buliçosos detratores e profetas da perdição, chamarizes de monstros, clamando no deserto. Há outras ocasiões, porém, em que o monstro de um olho só abdicaria alegremente de suas pretensões monárquicas, juntamente com as etiquetas e deveres correspondentes, correria em busca de abrigo e fecharia a porta atrás de si. Mas talvez não esteja em seu poder, e decerto não apenas no seu, escolher entre realza e monstruosidade – como o aventureiro europeu

aprendeu, e ainda está aprendendo, para a sua frustração e desespere, a partir de suas próprias e tormentosas aventuras.

Mais de dois milênios se passaram desde que os contos de origem da Europa, os contos que a originaram, foram escritos. A jornada que começou e prosseguiu como uma aventura deixou um denso e pesado depósito de orgulho e vergonha, realização e culpa. E ela já durou o suficiente para que os sonhos e as ambições se coagulassem em estereótipos, para que estes se congelassem em “essências” e para que estas se ossificassem em “verdades” tão duras quanto se presume que sejam todas as verdades. Tal como estas, espera-se que a Europa, desafiando tudo aquilo que fez dela o que ela é, seja uma realidade que possa (deva?) ser demarcada, inventariada e registrada. Numa era de territorialidade e soberania territorial, presume-se que todas as realidades sejam espacialmente definidas e territorialmente fixas – e a Europa não é exceção. Nem tampouco o “caráter europeu”, ou os próprios europeus.

Alexander Wat, notável poeta de vanguarda polonês obrigado a se esquivar entre as barricadas revolucionárias e os gulags que salpicaram o continente europeu durante a sua vida, e que teve amplas oportunidades de provar na íntegra os doces sonhos e os amargos despertares do último século – notório pela abundância das esperanças e pela miserabilidade das frustrações –, examinou os baús de tesouros e as latas de lixo de sua memória para romper o mistério do “caráter europeu”. Como seria um “europeu típico”? E respondeu: “Delicado, sensível, instruído, alguém que não faltaria com a palavra, não roubaria o último pedaço de pão de um faminto e não delataria os seus colegas de prisão ...” E depois de refletir acrescentou: “Conheci um homem assim. Era armênio.”

Pode-se discordar da definição que Wat dá para “europeu” (afinal, é do caráter dos europeus não ter certeza sobre o seu próprio caráter, discordar e discutir infinitamente a respeito dele), mas dificilmente se discutiriam, suponho e espero eu, as duas proposições implícitas no conto moral de Wat. Em primeiro lugar, a “essência da Europa” tende a estar à frente da “Europa que realmente existe”: é da essência do “ser europeu” ter uma essência que

sempre está à frente da realidade, e é da essência das realidades europeias sempre estar atrás da essência da Europa. Em segundo lugar, enquanto a “Europa que realmente existe”, a Europa dos políticos, dos cartógrafos e de todos os seus porta-vozes nomeados ou autônomo, pode ser uma noção geográfica e uma entidade espacialmente delimitada, a “essência” da Europa não é uma coisa nem outra. Não se é necessariamente um europeu só por ter nascido ou morar numa cidade que consta do mapa político da Europa. Mas se pode ser europeu mesmo sem jamais ter estado em qualquer dessas cidades.

Jorge Luis Borges, um dos mais eminentes entre os grandes europeus em todos os sentidos, com exceção do geográfico, escreveu sobre a “perplexidade” que não pode deixar de se manifestar quando se pensa sobre a “absurda acidentalidade” de uma identidade ligada a um lugar e a um momento particulares, assim se revelando inevitavelmente a sua proximidade com a ficção, e não com alguma coisa que possamos imaginar como “realidade”.² Isso pode muito bem ser um traço universal de todas as identidades com base na hereditariedade e no pertencimento, mas no caso da “identidade europeia” essa característica, essa “absurda acidentalidade”, talvez seja mais gritante e desorientadora do que na maioria dos casos. Resumindo a atual confusão que assalta todas as tentativas de estabelecer uma identidade europeia, Alex Warleigh observou recentemente que os europeus (no sentido de “cidadãos dos Estados-membros da União Europeia”) “tendem a enfatizar a sua diversidade e não o que têm em comum”, ao passo que “ao falar de identidade ‘europeia’ não é mais possível restringir o seu escopo aos Estados-membros da UE de qualquer forma que faça sentido do ponto de vista analítico”.³ E, como insiste o formidável historiador Norman Davies, sempre foi difícil decidir onde começa e termina a Europa – geográfica, cultural ou etnicamente. Nada mudou hoje em dia a esse respeito. A única novidade é o número crescente de comissões, congressos acadêmicos e assembleias públicas, permanentes e *ad hoc*, dedicados, exclusivamente ou quase, a tornar quadrado esse círculo particular.

Quando ouvimos alguém pronunciar a palavra “Europa”, não fica imediatamente claro se esta se refere a uma realidade territorial delimitada, presa ao solo, dentro das fronteiras estabelecidas e meticulosamente desenhadas por tratados políticos e documentos jurídicos ainda não revogados, ou a uma essência livremente flutuante que não conhece divisões territoriais e que desafia todos os vínculos e limites espaciais. E é essa dificuldade, quase impossibilidade, de falar da Europa estabelecendo uma separação clara e nítida entre a questão da essência e os fatos da realidade que distingue o debate sobre a Europa da maioria das discussões a respeito de entidades dotadas de referências geográficas.

O caráter irritantemente etéreo e a obstinada extraterritorialidade da “essência” solapam e corroem a territorialidade sólida das realidades europeias. A Europa geográfica nunca teve fronteiras fixas e é improvável que venha a adquiri-las enquanto a “essência” continuar existindo, já que até agora ela tem “flutuado livremente”, apenas frouxamente atada, se é que chega a isso, a algum local determinado. E quando os Estados europeus tentam estabelecer as suas fronteiras “continentais” comuns e, para mantê-las, contratam guardas fortemente armados, ao lado de agentes alfandegários e de imigração, percebem que é impossível lacrá-las, torná-las estanques e impermeáveis. Qualquer linha que circunscreva a Europa será um desafio para o restante do planeta e um convite permanente à transgressão.

A Europa como ideal (podemos chamá-lo de “europeísmo”) é um desafio à propriedade monopolista. Não se pode negá-la ao “outro”, já que ela incorpora o fenômeno da “alteridade”: na prática do europeísmo, o esforço perpétuo de separar, expelir e expulsar é constantemente frustrado pela atração, admissão e assimilação do “externo”. Hans-Georg Gadamer acreditava que era essa a “vantagem particular” da Europa: seu talento para “viver com os outros, viver como o outro do outro”, sua capacidade e necessidade de “aprender a viver com os outros mesmo que estes não fossem assim”. “Todos nós somos outros, e todos somos nós mesmos.” A

vida européia é vivida na constante presença e companhia dos outros e dos diferentes, e o modo de vida europeu é uma negociação contínua que prossegue apesar da alteridade e da diferença que dividem os que estão engajados na negociação e pela negociação.⁴

Talvez seja essa internalização da diferença que marca a condição da Europa (na memorável expressão de Krzysztof Pomian) como o lugar de nascimento de uma civilização *transgressora* – uma civilização da transgressão (e vice-versa!)⁵. Podemos dizer que, a se avaliar pelos seus horizontes e ambições (embora nem sempre pelos seus feitos), essa civilização, ou essa cultura, foi e continua sendo um modo de vida que é *alérgico a fronteiras* – na verdade, a toda e qualquer *fixidez e finitude*. Limites a fazem sofrer muito. É como se ela traçasse as fronteiras apenas para dar vazão ao incurável impulso de transgredi-las. Trata-se de uma cultura intrinsecamente expansiva – traço intimamente interligado com o fato de a Europa ter sido o lócus da única entidade social que, além de *ser* uma civilização, também *se denominou* e se viu como tal; que é um produto da escolha, do desígnio e da capacidade administrativa – assim remodelando a totalidade das coisas, incluindo a si mesma, como um objeto inacabado-por-princípio, um objeto do escrutínio, da crítica e possivelmente da ação reparadora. Em sua versão européia, a “civilização” (ou a “cultura”, conceito difícil de separar do de “civilização”, apesar dos sutis argumentos dos filósofos e dos esforços, menos sutis, dos políticos nacionalistas) é um processo contínuo – sempre imperfeito, mas em luta obstinada pela perfeição – de *refazer o mundo*. Mesmo quando se executa esse processo em nome da conservação, a desesperada incapacidade das coisas de permanecerem como são, assim como o seu hábito de desafiar com sucesso todos os remendos indevidos, a menos que adequadamente realizados, é o pressuposto comum de toda a conservação. Ela é vista, incluindo os conservadores, como um *trabalho a ser feito*, e na verdade esse pressuposto é a principal razão pela qual esse trabalho é visto desse modo.

Parafraseando o dito espirituoso de Hector Hugh Munro (Saki), poderíamos dizer que o povo da Europa fez mais história

do que podia consumir localmente. No que se refere à história, a Europa foi definitivamente um país exportador, apresentando (até bem recentemente) uma balança de comércio exterior consistentemente positiva...

Dizer que todo grupo humano tem “uma cultura” é banal, mas não seria banal dizer isso não fosse o fato de a Europa ter descoberto a cultura como uma atividade realizada por seres humanos no mundo humano. Foi essa descoberta que (para empregar os memoráveis termos de Martin Heidegger) impulsionou a totalidade do mundo humano para fora dos domínios sombrios do *zuhanden* (ou seja, do “à mão”, e à mão de modo trivial, portanto “não-problemático”), e a transplantou para o palco profusamente iluminado do *vorhanden* (ou seja, o reino das coisas que, para caberem na mão, precisam ser observadas, manuseadas, seguras, amassadas, moldadas, tornadas diferentes do que são). Ao contrário do universo do *zuhanden*, o mundo do *vorhanden* proíbe ficar parado; é um convite constante, até uma ordem, para que se aja.

Uma vez descoberto o mundo-como-cultura, não demorou para que isso se tornasse um conhecimento comum. Foi, podemos dizer, um tipo de conhecimento singularmente inadequado à propriedade privada, que dirá ao monopólio, não importa o quanto possam se esforçar os advogados e guardiões dos “direitos de propriedade intelectual”. A idéia de cultura representou, afinal, a descoberta de que *todas as coisas humanas são feitas pelo homem* e que de outra maneira não seriam humanas. Apesar desse conhecimento compartilhado, as relações entre a cultura européia, a única cultura da autodescoberta, e todas as outras culturas do planeta têm sido tudo, menos simétricas.

Como Denis de Rougemont decisivamente afirmou,⁶ a Europa descobriu todas as terras do planeta, mas nenhuma delas jamais descobriu a Europa. Ela dominou sucessivamente todos os continentes, mas nunca foi dominada por nenhum deles. E ela inventou uma civilização que o resto do mundo tentou imitar ou foi compelido pela força a reproduzir, mas o processo inverso nunca aconte-

ceu (pelo menos até agora). Todos esses são os “fatos duros” de uma história que nos trouxe, juntamente com o resto do planeta, ao lugar que todos nós compartilhamos hoje em dia. Pode-se definir a Europa, sugere de Rougemont, pela sua “função globalizante”. A Europa pode ter sido, de modo consistente e por longo tempo, um recanto atipicamente arriscado do planeta – mas as aventuras em que ela se lançou em mais de dois milênios de história “mostraram-se decisivas para o conjunto da humanidade”. Com efeito, tentem imaginar a história do mundo sem a presença da Europa.

Goethe chamou a cultura europeia de *prometéica*. Prometeu roubou o fogo dos deuses e assim os traiu, passando o seu segredo para os humanos. Arrancado das mãos dos deuses, o fogo seria procurado avidamente por toda e qualquer família humana e triunfalmente aceso e mantido por todos os que tivessem sucesso em sua busca. Mas será que isso teria ocorrido sem a astúcia, a arrogância e a ousadia de Prometeu?

Esses fatos cruciais da história tendem a ser envergonhadamente ocultos hoje em dia, e sua lembrança é muitas vezes atacada em nome da versão atual da “correção política”. O que motiva esses ataques?

Por vezes, sem dúvida, é um senso de desconforto causado pela facilidade com que qualquer afirmação das qualidades singulares e do papel histórico da Europa pode ser acusada do pecado do “eurocentrismo”. Trata-se, é verdade, de uma acusação séria, mas que deve ser dirigida à antiga tendência europeia ao solilóquio quando o recomendado era o diálogo; à sua preferência pela autoridade do professor e sua indignação com o papel de aprendiz; aos notórios abusos da superioridade militar e econômica que assinalaram a conspícua e secular presença da Europa na história mundial; ao tratamento arrogante que a Europa reservou a outras formas de vida humana e a seu desprezo em relação aos desejos e às vezes daqueles que as praticavam; ou às atrocidades cometidas sob o disfarce de uma missão civilizatória – mas não a uma avaliação sóbria da função da Europa como espírito fermentador e mobilizador da

longa, tortuosa e amplamente inacabada unificação da humanidade planetária.

Há motivos para suspeitar que em algumas outras ocasiões o impulso de negar a singularidade europeia é um tanto menos nobre – estimulado por forças diferentes da atrasada mas salutar modéstia ou do arrependimento diante da culpa. Podemos imaginar em vez disso um impulso consciente, ou mais provavelmente *subconsciente*, de lavar as mãos da Europa de algumas conseqüências antipáticas de seus dotes – das qualidades que tenderam a transformá-la num fator de “fermentação planetária” e numa forma de vida intrinsecamente expansiva e expansível (ver, por exemplo, uma recente intervenção de Gøran Therborn⁷); um desejo pouco lisonjeiro de evitar o assumir oneroso de uma dívida para com o restante da humanidade – uma dívida que ainda resta a ser paga e um imperativo moral mais agudo e constrangedor do que jamais o foi no passado?

A vergonha do passado de aventuras ou a ignomínia do desejo implícito ou explícito de sublinhar a aventura europeia?

Não foi apenas a cultura que veio a ser uma descoberta/invenção europeia. A Europa também inventou a necessidade e a tarefa de *cultivar a cultura*.

A cultura, permitam-me repetir, é uma atividade incessante que consiste em arrancar o mundo, fragmento por fragmento, da serena mas sonolenta inércia do *zuhanden* e transplantá-lo para o reino singularmente humano do *vorhanden* – fazer do mundo um objeto de investigação crítica e ação criativa. Esse feito se realiza mais uma vez, diariamente, em todo lugar em que vivem os seres humanos. O perpétuo renascimento e reencarnação do mundo – é nisso que consiste todo e qualquer modo humano de ser e estar neste planeta. A Europa, porém, deu um passo adiante do que era comum para o resto da humanidade – e deu esse passo antes de qualquer outro, embora, ao fazê-lo, tenha preparado o caminho para que todos os demais pudessem segui-la. Ela realizou a mesma transferência *zuhanden-vorhanden* em duas camadas: fez da pró-

pria cultura um objeto da cultura ... Primeiro o “mundo lá fora” é que foi transferido da penumbra do *zuhanden* para os holofotes e *spots* do *vorhanden* – mas então o próprio ato da transferência foi submetido à mesma operação (como diria Hegel, essa transferência primária passou da modalidade do *an sich* para a do *für sich*). O próprio modo humano de ser e estar no mundo foi reclassificado como um objeto *vorhanden*, um problema a ser enfrentado. A cultura – o próprio processo de produção do mundo humano – foi transformada em objeto da crítica teórica e prática humana e de subsequente *cultivo*.

A Europa foi quem primeiro proclamou que “o mundo é feito pela cultura” – mas, no mesmo viés, foi também quem primeiro descobriu/decidiu que, uma vez que a cultura é feita pelos seres humanos, fazer cultura é – pode ser, deve ser – um *trabalho/vocação/tarefa/destino* humano. Foi na Europa que pela primeira vez os seres humanos se distanciaram de seu modo próprio de ser e estar no mundo e, ao fazê-lo, ganharam autonomia em relação a sua própria forma de humanidade. Como observou Eduardo Lourenço, escritor português que morou, sucessivamente, na Alemanha, no Brasil e na França, a cultura européia talvez seja, por essa razão, uma “cultura da incerteza” – uma “cultura da inquietação, da angústia e da dúvida”,⁸ uma cultura do desafio radical a toda e qualquer configuração da certeza. E dificilmente poderia ser de outra forma, já que *sabemos* que a cultura é um tipo de prática intelectual e espiritual que não tem *alicerce* senão, como apontou Platão muito tempo atrás, o diálogo que o pensamento realiza consigo mesmo. Mas o resultado é que nós, os europeus, talvez sejamos (como sujeitos e atores históricos da cultura) o único povo *sem identidade* – identidade fixa, ou o que se imagina e se acredita ser fixa: “nós não sabemos quem somos” e muito menos sabemos o que ainda podemos nos tornar e o que ainda podemos aprender que somos. O impulso de *saber e/ou tornar-nos* o que somos nunca se aquieta, assim como nunca se desfaz a suspeita sobre o que ainda podemos nos tornar se nos guiarmos por esse impulso. A cultura européia é uma cultura que não conhece o repouso. É uma cultura que se ali-

menta de questionar a ordem das coisas – e de questionar a maneira de questioná-la.

Outro tipo de cultura, uma cultura silenciosa, sem consciência de ser uma cultura, que mantém em segredo o conhecimento de ser uma cultura, que trabalha no anonimato ou sob pseudônimo, uma cultura que nega resolutamente as suas origens humanas e que se esconde por trás do majestoso edifício de um decreto divino e de um tribunal celeste, ou que assina uma rendição incondicional às leis inflexíveis e inescrutáveis da história – uma cultura assim pode ser um criado, um posto de combustível e uma oficina de consertos a serviço da atual rede de interações humanas a que chamamos “sociedade”. A cultura européia, contudo, está longe de ser silenciosa e abnegada – e por esse motivo não pode ser senão um espinho na pele da sociedade, uma espora no seu corpo, uma dor aguda na sua consciência. Dia e noite, ela chama a sociedade para um acerto de contas e na maior parte do tempo a mantém no banco dos réus. Não aceitará o “é” como resposta ao “deve” – muito menos uma resposta final e decisiva.

A Europa se exercitou no papel de um alfaiate trabalhando sob medida para o universo humano – praticando a tarefa em si mesma. Mas, tendo tirado a máscara dos veredictos irrevogáveis dos deuses ou da natureza e, assim, revogado a plausibilidade do silêncio e da abnegação da cultura – qualquer cultura –, também desnudou e tornou vulnerável qualquer outra parte do universo humano, qualquer outra forma de convívio humano e qualquer outro padrão de interação humana. Como observou Paul Valéry no início do século passado (na época em que a Europa, então no ápice de seu domínio planetário, reconhecia ou intuía os primeiros contornos de um declive do outro lado da montanha), a “europeização” do mundo refletia o impulso da Europa em *refazer* o resto do planeta, sem culpa na consciência, de acordo com as suas próprias finalidades.

Refazer o mundo segundo o padrão europeu prometia a todos a liberdade da auto-afirmação, mas a um preço mais elevado do que a maioria dos objetos da revisão estava disposta a pagar. De to-

dos que encontravam em suas viagens pelo mundo, os mensageiros da Europa exigiam o derradeiro sacrifício: render-se à segurança baseada na monotonia da auto-reprodução. Brandindo a injunção de Michel de Montaigne de que “não temos outro critério da verdade ou do raciocínio correto senão o exemplo e a forma das opiniões e costumes de nosso próprio país”,⁹ a Europa abriu caminho para a tolerância à alteridade, enquanto declarava uma guerra de atrito a todo tipo de alteridade ou semelhança que não conseguisse atingir os padrões por ela estabelecidos ou a isso se recusasse. Para a Europa, o resto do planeta não era uma fonte de *ameaças*, mas um tesouro de *desafios*.

Por muitos séculos, a Europa foi uma ciosa exportadora de seus próprios excedentes de história, incitando/forçando o resto do planeta a tomar parte como consumidores. Esses longos séculos de comércio unilateral, iníquo, agora se rebatem sobre a Europa, colocando-a face a face com a tarefa desanimadora de consumir localmente o excedente da história planetária.

Desde o início da aventura européia, mas em particular durante os séculos mais recentes e vividamente lembrados, ou pelo menos mais evocados, de sua longa história, o planeta foi, ou assim pareceu aos espíritos europeus inquietos, intrépidos e aventureiros, o *playground* da Europa. Esses séculos foram registrados nos livros europeus de história como “a era das descobertas geográficas”. Descobertas européias, é claro: realizadas por enviados e emissários da Europa, e em benefício desta.

Vastas terras jaziam prostradas, esperando que as descobrissem. “Descobrir” não significava somente achar e colocar nos mapas dos navegadores. Significava desnudar os tesouros até deixá-los vazios, subutilizados ou malbaratados, ou empregá-los de todas as maneiras erradas, extravagantes ou irracionais; tesouros desperdiçados por nativos ignorantes de seu valor, veios de riquezas clamando para serem extraídas – e então recolhê-los e transferi-los para outros lugares onde poderiam ter uso melhor e mais sensato. Também significava abrir espaços imensos, mas ainda de-

sertos ou lamentavelmente desprezados, à habitação e ao uso produtivo pelo homem.

A Europa desejava/precisava de ambas as coisas – as riquezas para preencher os esvaziados cofres reais e as terras para acomodar homens e mulheres para cuja sobrevivência física ou ambição social não havia espaço suficiente na terra natal. O planeta era um vácuo que a natureza, em sua rematada e suprema encarnação europeia, abominava e se esforçava por preencher com homens destemidos, criativos, empreendedores e inflexíveis que sabiam o que eram os metais preciosos e como extraí-los dos minérios. E havia pessoas certas, prontas a preencher esse vácuo – massas imensas e em rápido crescimento.

Com efeito, quanto mais audaciosas e estimulantes se tornavam em casa as aventuras da Europa, mais numerosos eram os danos colaterais. Havia pessoas que fracassavam nos testes, cada vez mais exigentes, de qualidade, adequação e relevância, pessoas declaradas incapazes de realizar os testes em razão de seus defeitos inerentes, e aquelas que se recusavam a passar por eles porque não ligavam para os prêmios oferecidos aos que tivessem êxito ou porque temiam serem desqualificadas independentemente dos resultados. Para a sorte dos “reprovados” e dos que se preocupavam com a sua remoção, havia um planeta vazio, ou que poderia ser esvaziado, ou então visto, tratado e utilizado como se fosse vazio. Um planeta com uma quantidade suficiente de espaços vagos nos quais os problemas da Europa – e, o que era mais importante, o “problema humano” – poderiam ser despejados.

Agora, ao final da longa jornada, pode bem parecer que a necessidade contínua de despejá-los foi uma das principais, talvez a principal força motora da expansão planetária europeia – a sua “missão globalizadora”.

Durante séculos a Europa sentiu-se a rainha do planeta e agiu como tal. Entre os esplendores da corte real, o desconforto de ser denunciada como um monstro e apontada com reprovação podia ser minimizado como uma irritação menor, passageira, atribuída à estupidez dos que estavam para ser beneficiados pelas graças reais:

sua incapacidade de avaliar os benefícios que o domínio europeu estava destinado a prodigalizar aos dominados na plenitude do tempo. A Europa oferecia o modo de vida superior – mais aparelhado, seguro e rico, menos perigoso e mais digno. Ela oferecia uma visão da ordem jurídica que, por comparação, fazia todas as outras (des)ordens parecerem uma selva. A conquista européia era um ato enobrecedor, elevando os conquistados às alturas do verdadeiro conhecimento e da moralidade suprema. Ou pelo menos era o que a Europa acreditava.

Exceto por alguns nichos de difícil penetração, o planeta inteiro tinha sido refeito segundo o padrão europeu, aceitando de boa vontade o modo de existência transgressor que a Europa primeiro abraçou e depois espalhou para os recantos mais remotos do globo – ou a ele se rendendo com relutância. Perto do fim do século XX, a missão da Europa estava concluída – embora não necessariamente da forma e com os resultados sonhados pelos profetas e defensores do mundo da *allgemeine Vereinigung der Menschheit* de Immanuel Kant, “civilizado”, amistoso, pacífico, doméstico e hospitaleiro, ou o resplandecente mundo das Luzes dos filósofos franceses, de justiça e equidade, do domínio da lei, da razão e da solidariedade humana. Mais que qualquer outra coisa, “a missão realmente concluída” mostrou ser a difusão global do impulso compulsivo, obsessivo e vicioso de ordenar e reordenar (codinome: modernização) e uma pressão irresistível a degradar e eliminar os modos antigos e atuais de viver e ganhar a vida, privando-os de seu valor em termos de sobrevivência e de sua capacidade de realçar a existência (codinome: progresso econômico): as duas *spécialités de la maison européenne* responsáveis pelo mais prolífico suprimento de “restos humanos”.

Hoje parece que a escolha entre o papel da realeza e a condição de monstro foi arrancada das mãos da aventura chamada Europa, e nenhum dos estratagemas que ela testou em sua longa carreira parece adequado para recuperá-la. Em sua visita a Póznanem, Wolf Lepenies recitou uma longa lista de razões pelas quais a Europa, aquele “velho continente num mundo jovem” (como Goethe

previu que ela inevitavelmente se tornaria ao fim de sua aventura excitante e proveitosa, mas temporalmente limitada), ainda tão segura de si há pouco, agora se sente abatida, confusa e cada vez mais apreensiva.¹⁰ A Europa está ficando grisalha num mundo que se torna mais jovem a cada ano: os demógrafos nos dizem que na década atual o número de europeus com menos de 20 anos de idade cairá 11 por cento, enquanto o de pessoas com mais de 60 será acrescido da metade. Haverá, ao que parece, um bolo menor para dividir por um número maior de comensais.

A tendência geral deixa pouco espaço à imaginação: Alemanha, Grã-Bretanha e França, que não faz muito tempo eram gigantes econômicos em meio a anões, estão a pique de descer, respectivamente, para a 10^a, a 19^a e a 20^a posições no ranking mundial. Podem muito bem tornar-se NPDs (novos países em declínio) tipo dois, baixas em meio ao exuberante crescimento e à irresistível ascensão dos NPDs (novos países em desenvolvimento) tipo um, por estes empurrados, com crescente vigor, ladeira abaixo e para o fim da fila. Segundo os prognósticos do Fundo Monetário Internacional, em 2010 três países europeus do grupo dos sete mais ricos (Itália, Grã-Bretanha e França) deverão ser substituídos por potências econômicas mais jovens – se as mudanças no poder econômico se refletirem na alocação das honrarias políticas.

E “à medida que a superioridade produtiva da Europa se deteriora”, conclui Lepenies, “as idéias européias perdem importância diante de outros sistemas intelectuais de ponta”. É pouco consolador pensar que a maravilhosa e espetacular transformação dos destinatários, objetos passivos da “missão européia” – até recentemente vistos como pouco mais que figurantes na peça escrita e produzida pela Europa no teatro planetário –, em atores de primeira linha, corajosos, trabalhadores, surpreendentemente talentosos e criativos, pode ser o resultado da concretização dessa mesma missão. Mesmo que essa transformação tenha sido, ao menos em parte, propiciada pela Europa, no fim não resultou em proveito para ela, e os seus beneficiários não admitem ser da Europa, nem tampouco são reconhecidos como tal.

Para a sua grande tristeza e consternação, a Europa descobre a possibilidade, de fato a probabilidade, da “modernização sem ocidentalização” (leia-se: sem “europeização”) – a possibilidade de que os automeados professores venham a ser superados e ultrapassados pelos antigos discípulos, sem que os seus ensinamentos sejam reconhecidos com gratidão. Na literatura atual, a mistura de perplexidade e frustração foi apelidada de “crise da identidade europeia”. “Nós perdemos”, lamenta-se Le Penies, “o desejo e a capacidade de nos orientarmos à longa distância.” E, “tendo perdido a capacidade de pensar a longo prazo ... as elites europeias deixaram de oferecer um exemplo atraente a ser seguido”.

Outra conseqüência imprevista – embora, em retrospecto, dificilmente imprevisível – do sucesso mundial da missão europeia: as partes do globo mais recentemente “europeizadas” estão se confrontando agora com um fenômeno anteriormente desconhecido – o “excedente populacional” e o problema de sua remoção, e isso num momento em que o planeta já está ocupado e não há mais “terras vazias” para servirem de depósitos de lixo. Não há terras vizinhas ou distantes inclinadas a convidar esses excedentes, nem será fácil forçá-las a aceitá-los e acomodá-los, como ocorreu com esses próprios países no passado. Os “retardatários da modernidade (nascida na Europa)” são deixados a cozinhar no próprio caldo e a procurar, desesperadamente, mas em vão, soluções locais para problemas causados globalmente.

As guerras e massacres tribais, a proliferação de “exércitos guerrilheiros” (que freqüentemente não passam de gangues maldisfarçadas) ocupados em dizimar uns aos outros, mas nesse processo absorvendo e aniquilando o “excedente populacional” (na maioria jovens destituídos de perspectivas, sem possibilidade de emprego em seu próprio país) são uma dessas “soluções locais para problemas globais” que os “retardatários da modernidade” tendem a utilizar. Centenas de milhares de pessoas são expulsas de seus lares, assassinadas ou forçadas a fugir de seus países destruídos e devastados. Talvez a indústria mais florescente nas terras dos retardatários (tortuosa e fraudulentamente apelidadas de “países em

desenvolvimento”) seja a produção em massa de refugiados. Foi o produto dessa indústria, cada vez mais prolífico, que o primeiro-ministro britânico – antecipando ou ecoando os sentimentos prevaletentes no restante de uma Europa surpresa e alarmada – propôs recentemente que se descarregue “perto de seus países natais”, em campos permanentemente temporários (tortuosa e fraudulentamente apelidados de “refúgios seguros”), a fim de que os “problemas locais” dos povos locais permaneçam locais, e cortando assim pela raiz quaisquer tentativas dos retardatários de seguirem o exemplo dos pioneiros da modernidade em sua busca de soluções globais (as únicas eficazes) para problemas produzidos localmente.

Ainda que sinceros, os esforços dos governos europeus para deter e controlar estritamente a onda de “imigração econômica” não têm, e provavelmente não podem ter, cem por cento de êxito. A miséria prolongada leva milhões ao desespero e, na era do crime globalizado, é difícil imaginar que faltem organizações criminosas ávidas por lucrar alguns bilhões a partir desse desespero. Daí os milhões de migrantes vagando pelas rotas um dia percorridas pelas “populações excedentes” descarregadas pelas estufas da modernidade européia – só que na direção contrária e (pelo menos até agora) sem o auxílio dos exércitos de conquistadores, comerciantes e missionários. As dimensões plenas dessa conseqüência e as suas diversas repercussões ainda estão por ser destrinchadas, absorvidas, observadas e avaliadas.

Por enquanto, a Europa e seus filhotes/postos avançados (como os Estados Unidos ou a Austrália) parecem buscar a resposta de problemas estranhos em políticas igualmente estranhas, dificilmente praticadas na história européia. Políticas voltadas para dentro, e não para fora, centrípetas e não centrífugas, implosivas em vez de explosivas – tais como entrincheirar-se, fechar-se, construir cercas equipadas com uma rede de máquinas de raios X e câmeras de TV de circuito fechado, colocar mais agentes dentro das cabines de imigração e mais guardas de fronteira fora delas, tornar mais restritivas as leis de imigração e naturalização, manter os refúgia-

dos em campos isolados e estritamente guardados e impedir a chegada de outros antes que eles tenham a chance de reivindicar o status de refugiado ou pessoa em busca de asilo – em suma, lacrar os seus domínios contra as multidões que lhes batem às portas enquanto fazem muito pouco, se é que alguma coisa, para aliviar essa pressão eliminando as suas causas.

Naomi Klein observou uma tendência crescente e cada vez mais difundida (liderada pela União Européia, mas seguida de perto pelos Estados Unidos) no sentido de uma “fortaleza regional em múltiplas camadas”.

Um continente-fortaleza é um bloco de nações que junta forças para obter termos de comércio favoráveis de outros países, ao mesmo tempo em que patrulham suas fronteiras externas comuns para manter do lado de fora as pessoas desses países. Mas se um continente quer seriamente ser uma fortaleza, também deve convidar um ou dois países pobres para dentro de suas muralhas, já que alguém tem de fazer o trabalho sujo e pesado.¹¹

O NAFTA, a ampliação do mercado interno americano para incorporar o Canadá e o México (“depois do petróleo”, assinala Naomi Klein, “a mão-de-obra imigrante é o combustível que impulsiona a economia do sudoeste” americano), foi complementado em julho de 2001 por um “Plano Sur”, pelo qual o governo mexicano assumiu a responsabilidade pelo policiamento maciço de sua fronteira meridional a fim de interromper efetivamente a onda de restos humanos empobrecidos que flui dos países latino-americanos para os Estados Unidos. Desde então, centenas de milhares de migrantes têm sido detidos, encarcerados e deportados pela polícia mexicana antes de atingir a fronteira com os Estados Unidos. Quanto à Fortaleza Europa, sugere Naomi Klein, “Polônia, Bulgária, Hungria e República Tcheca são os servos pós-modernos, fornecendo mão-de-obra mal-remunerada para as fábricas em que se produzem roupas, automóveis e artigos eletrônicos por 20 a 25 por cento do custo de produzi-los na Europa Ocidental”. Dentro dos continentes-fortalezas, colocou-se em prática “uma nova hierarquia social” na tentativa de obter o equilíbrio en-

tre postulados gritantemente contraditórios, mas igualmente vitais: de fronteiras herméticas e de fácil acesso a mão-de-obra barata, dócil e pouco exigente, pronta a aceitar e fazer o que lhe ofereçam; ou do livre comércio e da necessidade de explorar os sentimentos antiimigrantes – a tábua de salvação a que se apegam os governos encarregados de zelar pela declinante soberania dos Estados-nações. “Como se manter aberto aos negócios e fechado às pessoas?”, pergunta Klein. E responde: “Fácil. Primeiro se amplia o perímetro. Depois fecha-se o portão.”

Os fundos que a União Européia transferiu de boa vontade e sem pechinchar para os países da Europa Central e Oriental, candidatos ao acesso, foram aqueles destinados à fortificação de suas fronteiras orientais.

De alguma forma, o mundo “lá fora” deixou de ser visto pelos europeus como um lugar de excitantes aventuras e estimulantes desafios. O planeta não parece mais convidativo e hospitaleiro, nem é percebido como um palco vazio para incontáveis façanhas heróicas e gloriosos feitos inauditos. Ele agora parece hostil e ameaçador – eriçando-se com toda a espécie de armadilhas, emboscadas e outros perigos indizíveis para os incautos; cheio de terras fervilhantes de ódio, repletas de trapaceiros e conspiradores – malandros traiçoeiros e perversos, prontos a realizarem malfeitorias imagináveis e inimagináveis. “Nós” não iremos *lá* (a não ser num feriado – de preferência aos hotéis de praia proibidos a todos os nativos que não sejam *barmen*, garçons e arrumadeiras). Quanto a “eles” – devem ser impedidos de vir para *cá*.

“Criada para garantir a livre circulação dentro da União Européia, a ‘área Schengen’ se tornou uma formidável ferramenta para controlar e registrar os movimentos de seus cidadãos”, como des-

* O nome “Schengen” se refere a uma cidadezinha de Luxemburgo. Em junho de 1985, sete países da União Européia assinaram um tratado para eliminar os postos de verificação e controle em suas fronteiras internas. Outros países aderiram ao tratado nos anos seguintes, chegando ao total de 15: Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Islândia, Itália, Grécia, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Espanha e Suécia. Com exceção da Noruega e da Islândia, todos são membros da União Européia. (N.T.)

cobriu Jelle van Buuren.¹² Entre mais de um milhão de pessoas registradas nos computadores Schengen até 2001, 90 por cento eram “indesejáveis”. Desde então as coisas progrediram rapidamente, sob o impulso das novas condições do alerta de segurança e da lei semimarcial. Agora se pretende registrar uma série de dados pessoais sobre todo homem e mulher que entre no território Schengen com um visto (os Estados Unidos, como de hábito, foram os primeiros a pôr isso em prática, decidindo tirar as impressões digitais e fotografar todos os estrangeiros portadores de vistos). Caso não se registre a partida no prazo permitido, o acusado será declarado “ilegal”, sujeito a ser preso e banido para sempre da Europa. Numa radical mudança de objetivo, o Conselho Europeu publicou, em 6 de novembro de 2001, um documento pelo qual o “sistema Schengen” deveria servir para “aperfeiçoar a segurança interna” dos habitantes da Europa por meio do controle estrito de todos os visitantes. Acoplado às novas e rigorosas restrições impostas aos pedidos de asilo, o resultado imediato foi (nas palavras da Anistia Internacional) “um insulto aos que fugiram da perseguição, da tortura e de uma possível morte”.¹³

Como logo se evidenciou, embora se pudesse negar aos forasteiros (refugiados, pessoas vivendo a pão e água ou em busca de asilo) alguns de seus direitos humanos, o fardo do novo regime de segurança não pouparia os cidadãos da União Européia e seus Estados-membros. Em nome da segurança ameaçada pela hostilidade do planeta, medidas de que não se ouvia falar praticamente desde os tempos do *habeas corpus* foram introduzidas num país depois do outro para permitir o encarceramento “preventivo”, ao arbítrio da polícia secreta e sem julgamento, a rotineira violação da privacidade, o acesso dos serviços secretos às informações mais íntimas relativas a qualquer suspeito – não importa a fragilidade ou o absoluto equívoco das razões invocadas para essa suspeita.

Seria possível (e necessário) argumentar que, num planeta percebido como hostil, insidioso e perverso (com exceção de alguns enclaves vistos atualmente como “amistosos”), defender a democracia e as liberdades individuais num país tomado isoladamente,

ou mesmo numa federação de diversos países reunidos por trás das muralhas de uma “fortaleza regional”, deve ser uma tarefa desanimadora, talvez impossível. *Defender a liberdade tornou-se agora uma tarefa global* – e nesse caso, como em todos os outros enfrentados localmente, mas agora emaranhados numa rede de dependências que nada tem de local, as soluções para os problemas gestados globalmente só podem ser globais.

É hora de voltar a nossa pergunta: a secular aventura europeia estaria perdendo gás e se aproximando do término?

Wolf Lepenies parece pensar que sim. De qualquer maneira, na palestra já citada, Lepenies alertou os ouvintes para o fato de que a Europa perdeu, em grande medida, a sua orientação de longo prazo, juntamente com a vontade de ressuscitá-la e voltar a dominá-la. Também os preveniu de que, privada das qualidades que eram a sua marca registrada, a Europa deixou de ser um exemplo atraente para os outros habitantes deste planeta compartilhado.

Podemos ir um passo adiante e observar que os governos da Europa perderam a visão, principalmente a visão de longo prazo, diferente das políticas de “solução de problemas” e “administração de crises” calculadas para períodos de tempo que raramente ultrapassam a próxima eleição para o parlamento. Pior que isso, a Europa como um todo perdeu o impulso e o desejo de aventura – pela excitação de assumir riscos, pela busca de novos e inexplorados horizontes e pela abertura de novas e inexploradas trilhas. É essa, pelo menos, a impressão que se tem ao ouvir as pessoas das nações em nome das quais a Europa decidiu falar e agir. Ao ler o texto do Tratado de Maastricht – o documento que esboça o futuro da Europa e o objetivo para o qual meio bilhão de europeus são estimulados a trabalhar –, dificilmente se ficaria dominado pelo tipo de “patriotismo constitucional” em que Jürgen Habermas discerne uma emergente versão desintoxicada dos sentimentos nacionais e comunitários – ou, quanto a isso, por qualquer outro sentimento forte, com exceção do tédio e do enfado. Se o Tratado de Maastricht, ou o subsequente Tratado do Acesso, é o equivalente contemporâneo da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão,

da Declaração de Independência americana ou do Manifesto Comunista, parece haver pouca esperança quanto ao próximo capítulo da aventura européia. Mais especificamente, de que a Europa mantenha o seu destino/vocação de ser o fermento global de uma história globalmente compartilhada ...

Promover o “modo de vida ocidental” como o padrão superior que todos os outros deviam seguir não é mais, como Couze Venn adequadamente apontou, “legitimado em termos das grandes narrativas humanistas do Iluminismo”.¹⁴ Com efeito, “as forças do novo poder disciplinador” tentam vender a nova “ordem mundial” a que presidem em nome da eficiência, da flexibilidade e da marketização – termos que, podemos acrescentar, quando traduzidos para as línguas nativas longe da metrópole, adquirem os significados sinistros de insegurança, perda dos meios de subsistência, precariedade existencial, negação da dignidade e supressão das perspectivas de vida. “O fim da Guerra Fria/Guerra do Terceiro Mundo”, sugere Venn, “liberou o capitalismo da necessidade de responder aos chamados à responsabilidade ... Ele perdeu a capacidade de reagir ao sofrimento.”

O que é que o Ocidente, representado aos olhos do mundo por seus automeados líderes americanos, oferece à parte sofredora do planeta? Uns poucos exemplos tirados das políticas implementadas depois da guerra do Iraque (sob o codinome de “reconstrução”) e cotejadas mais recentemente por Antonia Juhasz, do Fórum Internacional sobre a Globalização,¹⁵ revelam o significado latente – mas palpavelmente óbvio para os que estão na ponta receptora – da atual cruzada mundial pelo livre comércio. Deixemos de lado – porque já foram amplamente divulgadas e rejeitadas como efeitos colaterais (inevitáveis e demonstravelmente provisórios) da guerra – as conseqüências diretas da intervenção militar ocidental, tais como a taxa de desemprego de 50 a 70 por cento, o acentuado aumento da mortalidade materna e da incidência de doenças causadas pela má qualidade da água, assim como de outras que poderiam ser evitadas pela vacinação, e a duplicação do nível de desnutrição aguda, para nos concentrarmos na maneira

como se pretende proceder à *reconstrução* do Iraque no pós-guerra sob os auspícios da “marketização ocidental como reforço à eficiência”. A reconstrução do sistema de fornecimento de água ficou a cargo da Bechtel Corporation, mesmo depois que as contas de água triplicaram em Cochabamba, na Bolívia, há não muito tempo, depois de um projeto semelhante, e que famílias com renda de 60 dólares tenham recebido contas de água de 20 dólares após a “modernização” do sistema (seguiram-se distúrbios de rua, o que forçou o governo boliviano a cancelar o contrato – ao que a Bechtel reagiu com um processo exigindo 25 milhões de dólares de indenização). Outra companhia, a MCI, recentemente acusada e condenada por fraude em negócios realizados com o seu antigo nome de WorldCom, foi contratada para estabelecer a rede iraquiana de telefonia sem fio. Outra empresa foi incumbida de construir, ao custo de 15 milhões de dólares, uma fábrica de cimento que acabou sendo erigida por um empresário iraquiano por 80 mil. Mas a Ordem 39, emitida por Paul Bremer, nomeado governador do Iraque pela coalizão, proíbe que os futuros governantes nativos “restringam o acesso de proprietários estrangeiros a qualquer setor da economia”, enquanto ao mesmo tempo autoriza os investidores estrangeiros a “transferir para o exterior, sem protelação, todos os fundos associados ao investimento, inclusive ações ou lucros e dividendos”. Poderíamos desculpar os nativos por traduzirem “triunfo da liberdade e da democracia” por roubo organizado de recursos e promoção de uma sistemática e oficialmente endossada corrupção.

Ao lado dos americanos e dos japoneses, os europeus são hoje em dia os turistas mais zelosos e infatigáveis: a milhagem pessoal anual dos europeus provavelmente supera a dos nativos de outros continentes. Mas a Europa está introspectiva. Para a maioria dos *globe-trotters* europeus, o resto do mundo não é mais uma missão, mas um ponto turístico. Desde que, evidentemente, o serviço seja rápido e os empregados sorridentes, que as instalações integradas e o suprimento do bar estejam em ordem, e que haja guardas arma-

dos e câmeras de TV de circuito fechado montando sentinela – e que o preço seja justo.

Os turistas dificilmente se engajam em interações demoradas com os nativos. Se discutem, é geralmente para pechinchar os preços dos produtos. As relações entre turistas e nativos se dão estritamente na base de serviço por dinheiro. Os turistas se encontram com os nativos como compradores e vendedores – sorrindo, claro, mas nada pessoal, você sabe ... Realizada a transação, cada qual segue o seu caminho. É o comércio que nos aproxima, pelo tempo que leva trocar mercadorias por dinheiro, e deixemos o resto onde e como deve ficar: em silêncio. O que temos a oferecer um ao outro tem o seu preço de mercado. Tendo este falado, nada resta a ser dito – e quem somos nós para discutir os veredictos do mercado?

Nem todo europeu (ou americano) viaja pelo mundo como turista. Alguns vão a lugares distantes para vender produtos. No caso de alguns deles – os que fazem parte do serviço diplomático ou estão em algum outro tipo de missão oficial – o “produto” que “vendem” é o seu próprio país ou continente, e o que querem é o direito deles e daqueles dos quais são porta-vozes, de continuar vendo e tratando o resto do planeta como uma série de pontos turísticos e postos comerciais. Naomi Klein descreve a experiência de um desses vendedores itinerantes, Charlotte Beers, subsecretária de Estado americana para Diplomacia e Assuntos Públicos (e, assim, não uma europeia de primeira geração, mas também não tão distante dos modos europeus), encarregada pelo governo americano de “retificar a imagem dos Estados Unidos no exterior”:

quando Beers foi em missão ao Egito em janeiro [de 2002] para melhorar a imagem dos Estados Unidos entre os “formadores de opinião” do mundo árabe, a coisa não funcionou bem. Muhammad Abdel Hadi, um dos editores do jornal *Al Ahrām*, saiu do encontro com ela frustrado pelo fato de Beers parecer mais interessada em falar vagamente dos valores americanos do que de políticas específicas de seu país. “Por mais que você se esforce para fazê-los entender”, disse ele, “eles não conseguem.”¹⁶

Klein se refere ao unilateralismo dos americanos em face das leis internacionais, ao fato de iniciarem ou promoverem a ampliação das disparidades de renda, à perseguição aos imigrantes e às violações dos direitos humanos – para concluir que “o problema dos Estados Unidos não é o rótulo ... mas o produto.” “Se eles [os nativos obrigados a suportar o choque provocado por essas políticas] estão com raiva, como de fato milhões deles estão, é porque viram as promessas serem traídas pela política americana.” O que eles “vêm” e reparam não são apenas os confortáveis tênis Nike e as sedutoras bonecas Barbie dos quais se espera desempenhar o papel de embaixadores itinerantes dos valores americanos (ocidentais) e das alegrias que a liberdade e a democracia podem proporcionar. “Eles” sabem, por experiência própria, que as “viagens dos tênis Nike” podem levar “até as abusivas e exploradoras fábricas do Vietnã, e as roupinhas da Barbie ao trabalho infantil em Sumatra” – e que algumas multinacionais, confiantes no apoio e na proteção de mísseis inteligentes prontos a promover os valores americanos (e ocidentais) onde estes não sejam bem-vindos, “longe de nivelar o campo global com empregos e tecnologia para todos, estão no processo de explorar os mais pobres do planeta ... em busca de lucros inimagináveis”.¹⁷

Poucas pessoas no mundo podem ter deixado de ouvir a mensagem de liberdade e democracia, repetida por qualquer motivo e sem motivo. Se, contudo, os muitos que ouviram a mensagem tentassem desvelar o seu conteúdo observando o comportamento dos remetentes, seria possível desculpá-los por traduzirem “liberdade” por egoísmo, cupidez, ambição e pelo preceito de cada um por si e quem ficar para trás que pague o pato, e “democracia” por “manda quem pode”. Pode-se perdoá-los por olharem de soslaio para as mensagens ou para os seus remetentes, dos quais suspeitam ser responsáveis pela trapaça.

Com uma dose de boa vontade, pode-se compreender por que essas pessoas insistem numa tradução que rejeita os conteúdos manifestos da mensagem. O que elas sabem muito bem pela expe-

riência do dia-a-dia é que render-se às regras dos mercados planetários, o que tem sido proclamado como a condição para a liberdade e a democracia, à concorrência feroz que essas regras colocam no lugar da cooperação e da assistência amistosas, e às subsequentes privatização e desregulamentação maciças vai privá-las de postos de trabalho, fazendas, lares e comunidades, pouco oferecendo em troca: escolas e hospitais em número muito menor que o necessário, carência de eletricidade ou de água potável e, acima de tudo, de dignidade humana e de perspectiva de uma vida melhor. Até o momento os lances do mercado no leilão da dominação global, para citar Naomi Klein pela última vez,

têm produzido exércitos de pessoas deslocadas, cujos serviços não são mais necessários, cujos estilos de vida são rejeitados como “atrasados”, cujas necessidades básicas não são satisfeitas. [As] cercas da exclusão social podem descartar toda uma indústria, e também rejeitar todo um país, como aconteceu com a Argentina. No caso da África, essencialmente um continente inteiro pode se ver exilado para o mundo das sombras globais, banido do mapa e do noticiário, aparecendo apenas em tempo de guerra, quando os seus cidadãos são vistos com suspeita, como potenciais milicianos, terroristas ou fanáticos antiamericanos.¹⁸

Há, como se poderia esperar, uma reação a essa ação e a suas conseqüências, planejadas ou inadvertidas, ostensivas ou abafadas. Ryszard Kapuscinski observa uma profunda mudança no humor planetário, sub-reptícia, subterrânea e dificilmente ou nunca notada pelos empresários ou artífices itinerantes do conhecimento, ou pelos turistas confortavelmente enclausurados nos casulos acolhedores de suas *nowherevilles* construídas por encomenda – mas uma mudança que, não obstante, pareceria seminal e cheia de presságios se fosse notada e examinada com rigor, particularmente por olhos europeus.¹⁹

No curso dos cinco últimos séculos, a mentalidade quase universal do globo se desenvolveu à sombra de padrões, valores e critérios identificados com a cultura européia. O domínio militar e

econômico da Europa era encimado por sua posição incontestável como ponto de referência para a avaliação, o louvor ou a condenação de qualquer outro modo de vida humano, passado ou presente, e como a suprema corte em que essa avaliação era proclamada com autoridade, sem direito a apelação. Bastava ser europeu, diz Kapuscinski, para se sentir um chefe e um governante em qualquer outro lugar. Mesmo uma pessoa medíocre, de posição humilde e pouco considerada em seu país pequeno e insignificante (mas europeu!) ascendia às posições sociais mais elevadas caso aportasse na Malásia ou na Zâmbia ... Mas esse não é mais o caso, como Kapuscinski recentemente descobriu. Os dias de hoje são marcados por uma auto-afirmação cada vez mais aberta e gritante entre os povos que meio século atrás ainda se ajoelhavam perante uma Europa empoleirada no altar dos cultos de carregamento. Hoje eles exibem um senso crescente de seu próprio valor e a ambição cada vez mais evidente de ganhar e manter um lugar independente e ponderável num novo mundo cada vez mais igualitário e multicultural. Era uma vez, recorda Kapuœciñski, a época em que todas as pessoas nas terras distantes lhe perguntavam sobre a Europa, mas agora ninguém faz isso: hoje em dia os “nativos” têm as suas próprias tarefas e problemas exigindo (e recebendo) a sua atenção, e toda ela. “A presença européia” é cada vez menos visível, física ou espiritualmente.

Classificar as vítimas da furiosa globalização dos mercados de bens e financeiros como, acima de tudo, uma ameaça à segurança, e não como pessoas que necessitam de ajuda e dignas de compensação pelos danos provocados em suas vidas, tem óbvias utilidades. Alivia os escrúpulos e recompensa os remorsos éticos. Afinal, está se lidando com inimigos que “odeiam os nossos valores” e não suportam nos ver, pessoas comuns, por nossa determinação de viver em liberdade e na democracia. Isso ajuda a desviar os fundos que poderiam ser usados para reduzir as disparidades e esvaziar as animosidades que estas produzem, de modo a alimentar a indústria de material bélico, as vendas de armas e os lucros dos acionistas, e assim a melhorar as estatísticas domésticas na área do

emprego e aumentar o gradiente de satisfação do eleitorado. Por fim, mas não menos importante, isso estimula a lânguida economia consumista ao condensar os temores difusos relativos à segurança, redirecionando-os e canalizando-os para longe dos problemas, em direção à ânsia de comprar uma pequena fortaleza privada sobre rodas (como os “Hummers” ou “Veículos Utilitários Esportivos”, sedentos por combustíveis, mas ainda assim caros, notoriamente perigosos tanto para os motoristas quanto para os pedestres); ou permitindo a promoção vigorosa dos lucrativos “direitos de marca” ou “direitos intelectuais”, sob o pretexto de evitar que os lucros decorrentes de sua violação possam ser transferidos para células terroristas.

Classificar as vítimas do enriquecimento como, acima de tudo, uma ameaça à segurança também permite que se rejeitem as irritantes exigências de controle democrático impostas, ou que ameçam ser impostas, às atividades empresariais – requalificando as opções políticas (e, em última instância, eminentemente econômicas) como necessidades militares. Nesse aspecto, como em outros, os Estados Unidos assumem a liderança, embora os seus movimentos sejam observados de perto e avidamente seguidos por um grande número de governos europeus. Como William J. Bennett afirmou recentemente num livro adequadamente intitulado *Why we fight: moral clarity and the war on terrorism* [Por que lutamos: clareza moral e a guerra contra o terrorismo],

as ameaças que hoje enfrentamos são tanto externas quanto internas: externas porque existem grupos e Estados que desejam atacar os Estados Unidos; internas por haver aqueles que estão tentando usar essa oportunidade para promulgar a agenda de “culpar, em primeiro lugar, os Estados Unidos”. Ambas as ameaças provêm ou do ódio pelos ideais americanos de liberdade e igualdade ou da incompreensão desses ideais e de sua prática.²⁰

Pode-se entender melhor o credo de Bennett como o lustre ideológico de uma prática já plenamente implementada – tal como a recém-aprovada “Lei Patriota Americana” [US Patriot Act], vol-

tada explicitamente para pessoas engajadas em ações políticas até então protegidas pela constituição – legalizando práticas até então proibidas, como a vigilância clandestina, as buscas sem mandado e outras invasões da privacidade, assim como as prisões sem acusação e os julgamentos de civis por tribunais militares.

Os serviços de segurança, assim como quaisquer outras burocracias, estão sujeitos à mesma lógica inexorável da Lei de Parkinson, ou à profecia auto-realizadora. Uma vez iniciados, desenvolvem ímpeto próprio, criando novos alvos sobre os quais possam praticar as artes que melhor praticam, enquanto reclassificam o restante de seu campo de ação como uma ampla matriz de alvos futuros. Não admira que o “Ocidente” – a Europa e sua prole globalmente dispersa – esteja cada vez mais se voltando para si mesma. O mundo é visto e sentido como menos convidativo. Parece um mundo hostil, traiçoeiro, transpirando vingança, um mundo que ainda precisa ser transformado num lugar seguro para os ocidentais-feitos-turistas-e-comerciantes. Ele se parece, de modo estranho e sinistro, com um campo de batalha que se prepara para uma iminente “guerra de civilizações”. É um mundo em que todos os passos estão cheios de perigo, de modo que os que se arriscam a percorrê-lo devem tomar cuidado, permanecer em alerta constante e, o que é mais crucial, restringir-se aos lugares reservados para o seu uso exclusivo e seguro, assim como às trilhas marcadas e protegidas que os ligam: trilhas separadas por arame farpado daquela imensidão pontilhada de emboscadas à espera dos incautos. Quem se esquece desses preceitos o faz por sua conta e risco, e deve estar preparado para arcar com as conseqüências.

Num mundo inseguro, a segurança é o nome do jogo, o seu principal objetivo e a sua aposta suprema.

A segurança é um valor que, se não na teoria, ao menos na prática, reduz e afasta todos os outros, incluindo aqueles proclamados como “os que nos são mais caros”, sendo por isso os alvos principais do ódio e a causa mais forte do desejo “deles”, “daqueles lá de fora”, de nos fazer mal – o impulso que torna o mundo todo

inseguro, da mesma forma que esta parte “daqui” – a qual chamamos de lar. Num mundo inseguro como o nosso, tudo aquilo que costumávamos associar à democracia, como a liberdade pessoal de falar e de agir, o direito à privacidade, o acesso à verdade, pode chocar-se com a necessidade suprema de segurança e, portanto, deve ser cortado ou suspenso. Pelo menos é nisso que insiste a versão oficial da luta-pela-segurança, e no que implica a prática oficial dos governos. A verdade que tombou como a primeira baixa da forma pela qual a preocupação com a segurança assumiu depois do 11 de Setembro é que não podemos mais defender efetivamente as nossas liberdades domésticas cercand-nos de todo o resto do mundo e nos dedicando unicamente aos nossos afazeres.

Há razões válidas para supor que, num planeta globalizado onde o destino de qualquer um, em qualquer lugar, determina os destinos de todos os outros – e é por estes determinado –, não se pode mais ter liberdade e democracia num único país, ou apenas num punhado de países seletos. O destino da liberdade e da democracia em cada lugar é decidido e estabelecido no palco global – e só nesse palco pode ser defendido com chance realista de sucesso permanente. Não está mais ao alcance de qualquer Estado, ainda que fortemente armado, resoluto e intransigente, defender determinados valores em casa e ao mesmo tempo dar as costas aos sonhos e anseios dos que estão do lado de fora de suas fronteiras.

Mas dar as costas é exatamente o que nós, europeus e descendentes de europeus estabelecidos nas antigas colônias européias do além-mar, estamos fazendo. Sintonizados às regras de uma democracia aprisionada (para o seu próprio risco), nas fronteiras de um Estado-nação ou de um conjunto de Estados-nações, mantemos e multiplicamos as nossas riquezas às expensas dos pobres do lado de fora. Como Joseph Stiglitz recentemente lembrou aos ministros do comércio que se preparavam para um encontro em Cancun, o subsídio médio fornecido aos pecuaristas europeus para cada vaca que possuem “é igual ao nível de pobreza de dois dólares por dia com que bilhões de pessoas meramente subsistem” – enquanto os subsídios ao plantio de algodão, de 4 bilhões de dólares,

que os Estados Unidos fornecem a agricultores bem de vida “trazem a miséria a 10 milhões de camponeses africanos e mais do que superam a miserável ajuda americana a alguns dos países afetados”.²¹ Ocasionalmente ouvimos americanos e europeus acusando-se mutuamente de “práticas agrícolas injustas”. Mas, observa Stiglitz, “nenhum dos dois lados parece disposto a fazer concessões importantes”, embora fossem necessárias grandes e radicais concessões para convencer os outros a parar de encarar a desavergonhada exibição de “poder econômico bruto pelos Estados Unidos e pela Europa” como algo mais que um esforço no sentido de defender os privilégios dos privilegiados, proteger a riqueza dos ricos e servir a seus próprios interesses que se resumem a mais riqueza e mais riqueza ainda. Na conferência de Cancun, que se destinava a criar uma plataforma conjunta na qual ricos e pobres poderiam se encontrar e trocar os seus produtos em benefício mútuo, o ministro do comércio senegalês, Alchaton Ague Poyne, concluiu, depois do longo e estéril debate, que o outro lado da mesa de negociações, o lado rico, não queria prestar atenção ao “nosso interesse de sobrevivência, para não falar do nosso ‘desenvolvimento’”. Enquanto isso, os representantes da África subsaariana, a parte do mundo mais afetada pelos enormes subsídios destinados aos algodoeiros americanos, só tinham uma palavra para definir a declaração final, que prometia futuras consultas sobre a espinhosa questão dos subsídios, ao mesmo tempo em que aconselhava aos países pobres “diversificarem as suas economias” (ou seja, a se manterem longe do cultivo de algodão): um insulto.²²

E assim, pela terceira vez, permitam-me perguntar: será que se esgotou o tempo histórico da aventura européia? Da Europa *como* uma aventura?

Pode-se afirmar – com força e convicção – que a Europa nunca precisou tanto ser aventureira quanto hoje. E que este planeta, que os milhões de europeus privilegiados e bem de vida compartilham com bilhões de pessoas pobres e despossuídas, nunca precisou tanto de uma Europa aventureira quanto hoje: uma Europa que olhe para além de suas fronteiras, crítica de seu pensamento

tacanho, de seu caráter auto-referencial, lutando para sair do seu confinamento territorial, estimulada a transcender a sua própria condição, e assim a do resto do mundo; uma Europa *com uma missão planetária a cumprir*. E, talvez, diferentemente do passado – quando o produto da inclinação européia à transgressão não era senão uma bênção inequívoca para os seus vizinhos próximos e remotos, e quando as baixas diretas e colaterais do impulso transgressor europeu estavam enterradas no solo planetário – agora os interesses da Europa e dos povos fora de suas fronteiras irão *não apenas coincidir, mas se sobrepor*. Basta que nossos olhos se ergam alguns centímetros acima do nível dos interesses momentâneos e das medidas de emergência destinadas a controlar as crises para vermos que, para todos os fins e propósitos práticos, esses interesses estão intimamente interligados, se é que não são idênticos.

Num discurso dirigido ao Parlamento Europeu em 8 de março de 1994, Vaclav Havel, então presidente da República Tcheca, sugeriu que a Europa precisava de uma Carta que explicitasse o que significa ser Europa, ou europeu: uma “Carta da Identidade Européia” destinada à idade vindoura de um planeta em luta para realizar a sua iminente e inescapável unificação. Um manifesto, podemos dizer, da razão de ser europeu na era da globalização.

Um dos grupos que seguiram o apelo de Havel foi o Europa-Union Deutschland. O resultado foi a “Carta da Identidade Européia”, aprovada a 28 de outubro de 1995 no 41^o Congresso da União, realizado em Lübeck.²³ Logo depois de um previsível preâmbulo dedicado à “Europa como comunidade de destino”, seguiram-se duas seções que merecem especial atenção. Uma delas fala da “Europa como comunidade de valores” e afirma a tolerância, o humanitarismo e a fraternidade como os principais valores que a Europa “espalhou pelo planeta”, tornando-se assim “a mãe das revoluções no mundo moderno”. Os autores da Carta admitem que em sua longa história a Europa “repetidamente questionou esses valores e os transgrediu”, mas acreditam que agora, finalmente, após uma era de “nacionalismo, imperialismo e totalitarismo desenfreados”, esses valores enraizados na antigüidade clássica e no

cristianismo têm ajudado a Europa a estabelecer “a liberdade, a justiça e a democracia como princípios das relações internacionais”. Outro capítulo apresenta a Europa como “uma comunidade de responsabilidade”. Aponta que, “no mundo de hoje, em que todos nos tornamos interdependentes, a União Européia é portadora de uma responsabilidade especial” em relação ao resto do mundo e que “só com a colaboração, a solidariedade e a união é que a Europa pode ajudar efetivamente a resolver os problemas mundiais”. A União Européia deveria “dar o exemplo, particularmente no que se refere a garantir os direitos humanos e a proteção das minorias”. (Somos, porém, tentados a acrescentar: também no que se refere à proteção da enorme maioria da humanidade, em relação às conseqüências dos privilégios desfrutados por uma pequena minoria da população mundial, incluindo a Europa...)

Lendo a Carta, pode-se refletir: falar é fácil, fazer é que são elas. A “Carta da Identidade Européia” é, flagrantemente, um projeto utópico!

Esse veredicto pode muito bem ser correto – mas então a “identidade européia” foi uma utopia em todos os momentos de sua história. Talvez o único elemento estável a tornar consistente e coesa a história européia tenha sido o espírito utópico endêmico a sua identidade, algo eternamente por alcançar, irritantemente evasivo e em eterno conflito com as realidades do momento. O lugar da Europa sempre esteve em algum ponto entre o “deve” e o “é”, e é por isso que ela tinha de ser, e de fato foi, um local de aventura e experimentação contínuas. Seu lugar atual não é diferente: oscila entre o “deve” de um planeta hospitaleiro, amigável ao usuário, determinado a atingir e garantir uma vida sustentável para todos os seus habitantes, e um planeta de crescentes disparidades, animosidades tribais e cercas intertribais, um planeta cada vez menos adequado a servir de moradia aos seres humanos.

A unificação institucional da Europa atualmente em curso pode ser vista como (e prova ser) um movimento defensivo deflagrado pelo impulso de sustentar o “é” europeu (o seu nicho relativamente pacífico em meio à crescente turbulência planetária, os

seus padrões de vida privilegiados em meio à privação mundial) contra o “deve” de suas responsabilidades planetárias, desafiadoras e desconfortáveis, porém imperativas. Mas a Europa também pode provar que a unificação é um passo preliminar na direção de assumir essas responsabilidades: uma tentativa sensata de reunir recursos, força e vontade, tudo que é necessário para realizar tarefas de dimensões planetárias, supracontinentais.

Como observou Jürgen Habermas, em uma de suas recentes análises,

Um Estado-nação não vai recuperar a antiga força retirando-se para o interior de sua concha ... A política da autoliquidação – deixar o Estado simplesmente submergir nas redes pós-nacionais – é igualmente inconvincente. E o neoliberalismo pós-moderno não pode explicar de que modo os déficits gerenciais de competência e legitimação que emergem no plano nacional podem ser compensados no plano supranacional sem novas formas de regulação política ... As condições artificiais em que a consciência nacional se ergueu argumentam contra o pressuposto derrotista de que uma forma de solidariedade cívica entre estranhos só possa ser gerada dentro dos limites da nação. Se essa forma de identidade coletiva se deveu a um salto altamente abstrato da consciência local e dinástica para a consciência nacional e depois democrática, por que esse processo de aprendizagem não poderia prosseguir?²⁴

Outro salto, semelhante a aquele realizado pela Europa no limiar dos tempos modernos, em outra era turbulenta, é o imperativo das atuais gerações. Desta vez, ele aponta para o espaço onde é travada a luta pela sobrevivência e onde se decide a sorte de todas as partes do globo: o espaço planetário politicamente vazio e eticamente confuso que carece de “competências de governo” e autoridades jurídicas e políticas legítimas, contaminado por um aterrorizante “déficit democrático”.

Naquele tempo, há 200 ou 300 anos, ao negociar aquele outro “passo da montanha” (para usar o termo adequado de Reinhard Kosseleck), a Europa inventou as *nações*. Agora a questão é inven-

tar a *humanidade*. E não temos à vista outros atores capazes e desejosos de tentar esse último e derradeiro ato de transcendência na longa e atormentada rota da humanidade na direção de si mesma – na direção daquela *allgemeine Vereinigung der Menschheit* que dois séculos atrás foi profetizada por Kant como o seu destino final, não por escolha, mas pelo “veredicto e desígnio da Natureza”.

Paradoxalmente, a chance de estender a aventura européia a domínios nunca antes visitados e talvez até para fora do alcance da Europa em sua antiga fase de rainha/monstro chega num momento em que a força específica desse continente nos negócios do mundo despencou e parece que vai continuar despencando.

Paradoxalmente? Talvez nem tanto, afinal. Numa frase famosa, Karl Deutsch definiu o poder como “a capacidade de se dar ao luxo de não aprender”. Bem, por essa definição, a Europa perdeu muito do seu poder e teve negado o luxo do não-aprendizado. Hoje em dia, a Europa tem de aprender – e o faz. Enquanto aprende acumula um capital crescente de conhecimento salva-vidas que pode compartilhar com outros: os que precisam de tal conhecimento para proporcionar a si mesmos o que a Europa ainda pode oferecer a si mesma; e também, talvez mais importante, os que ainda podem proporcionar o que a Europa definitivamente não pode mais.

Sua história turbulenta conduziu a Europa ao ponto em que ela dificilmente pode deixar de aprender e memorizar a lição. Seu presente, afinal, não é nada senão a vida de sua memória. A história da Europa moldou o seu caráter aventureiro, enquanto as formas assumidas pela aventura européia no passado, ao excluírem certas opções, senão por abrirem outras novas e óbvias, fornecem o projeto para futuras transformações.

Conforme dois eminentes politicólogos russos, Vladislav Inozemtsev e Ekaterina Kuznetsova, a Europa “não podia adotar normas americanas sem trair as suas próprias realizações no pós-guerra”.²⁵ A saudável alternativa que a Europa – e só ela – pode oferecer tem por base a tradição européia – e apenas européia. Numa época em que os Estados Unidos, que relegaram a Europa à segunda divisão dos jogos de poder, têm (nas palavras de Will Hutton) “se des-

qualificado da luta por segurança, prosperidade e justiça”,²⁶ a Europa, como apontam Inozemtsev e Kuznetsova, tendo aprendido a verdade da forma mais dura, se recusa terminantemente “a ver a força como fonte de justiça”, ainda mais a confundir as duas, e está em boa posição para “se opor aos Estados Unidos como a *justiça* se opõe à *força*, e não como a *fraqueza* se opõe ao *poder*”.

O passado piromaníaco da Europa pode ser um forte motivo para um grande volume de auto-análise e sentimentos de culpa, mas os dedos chamuscados podem ainda mostrar-se um trunfo. Estariam relutantes em brincar com o fogo – e avessos a empilhar barris de pólvora. “A ‘velha’ Europa que se tornou sábia não deveria se cansar de mostrar esse *insight* a seus amigos americanos”, sugeriu Ulrich K. Preuss, referindo-se à descoberta europeia de que “a lei cria confiança, previsibilidade, segurança; a lei capacita”, e à amarga lição de que a “a superextensão de sua norma”, ou seja, “rejeitar a lei como fonte de validade para ter por base apenas a violência” e a incapacidade de compreender “o mundo em volta deles”, em resultado do recurso à “violência não-comunicativa dos militares” – como seu único guia –, foi a principal causa do declínio “de praticamente todos os impérios na história mundial”.²⁷

E assim, para citar a incisiva afirmação de Robert Kagan, “é tempo de parar de fingir que europeus e americanos têm a mesma visão do mundo, ou até que ocupam o mesmo mundo”.²⁸ Os Estados Unidos, sugere Kagan, “permanecem enlameados na história, exercendo poder no anárquico mundo hobbesiano”, enquanto a Europa já está caminhando (embora, permitam-me observar, de coração partido e soluçando profusamente, com muitos arrependimentos e reconsiderações) na direção de um mundo kantiano de paz perpétua, no qual a lei, a negociação e a cooperação ganham vantagem onde reinavam a violência e a força bruta.

A Europa está bem preparada, se não para *liderar*, então muito certamente para *mostrar* o caminho que leva do planeta hobbesiano à “unificação universal da espécie humana”, segundo a visão de Kant. Ela própria percorreu essa estrada, ao menos em seu trecho inicial, até a estação “da coabitação amistosa e pacífica”, e sabe muito

bem os custos humanos dos desvios e atrasos. E no último meio século, pôs em prática, mesmo que com resultados ambíguos, as medidas que devem ser tomadas para se obter qualquer avanço futuro nessa estrada.

Étienne Balibar escreve sobre “a lição da tragédia” que a Europa finalmente aprendeu.²⁹ Com efeito, após centenas de anos de sangrias maciças, proferidas em termos religiosos, étnicos, tribais, racistas ou de classe – das santas e profanas cruzadas que, em retrospecto, parecem fratricídios tão iníquos, mesquinhos e anti-heróicos quanto foram cruéis e ferozes, e que podem ser descartadas como meros problemas de crescimento de uma humanidade imatura, incipiente e ainda irracional, não fosse a devastação que deixaram atrás de si tão enorme e estarrecedora quanto a sua desumanidade –, chegou o momento de acordar e ficar sóbrio, conduzindo a Europa a uma era ainda inacabada de experimentação com aquilo que Balibar (seguindo Monique Chemillier-Gendreau) chama de “a ordem pública transnacional”: um tipo de ambiente em que a regra de Clausewitz não mais se aplica e as guerras não são extensões naturais ou permissíveis da ação política.

O que dá às preocupações aparentemente internas e às ações aparentemente domésticas da Europa uma importância particular para a emergente ordem *planetária* é, contudo, o nascente reconhecimento da verdade imposta pela globalidade cada vez mais gritante da interdependência humana: que a resistência à violência tende a permanecer ineficaz e simplesmente não funcionará caso se limite ao arcabouço “metropolitano”. Dois processos de aprendizagem mencionados por Balibar convergiram nessa verdade.

Em primeiro lugar, a “crescente consciência das realidades da história colonial”. A Europa costumava dividir o mundo entre os domínios da “civilização” e da “barbárie”, pouco consciente e/ou relutante em admitir o que agora começa a aceitar: que “a maior barbaridade certamente não ocorreu do lado que imaginávamos”, ainda que recorrer à violência e à desumanidade não fosse apenas uma predileção idiossincrásica dos conquistadores.

Em segundo lugar, o longo envolvimento da Europa com o resto do planeta humano, sua presença ubíqua e inoportuna em praticamente todos os cantos do globo, por mais distantes, reverberou num “processo poderoso e irreversível de hibridização e multiculturalismo que agora transforma a Europa”, levando-a “a reconhecer, ainda que com hesitações e contratempos consideráveis, que o outro é um componente necessário de sua ‘identidade’”.

Os dois processos de aprendizagem trouxeram (ou pelo menos estão trazendo) a Europa a um ponto em que “combinar os diferentes recursos para a institucionalização de conflitos” e “introduzir progressivamente novos direitos básicos” (ou, para usar a terminologia de Amartya Sen, novas “capacidades”) provavelmente se tornarão um imperativo amplamente aceito – uma nova forma de conviver e aceitar as diferenças mútuas, estabelecida para substituir as violentas provas de força e eliminar a opção pela guerra. Essa perspectiva foi apresentada por Eugen Weber como a tarefa de “fundir o grande número de pátrias e culturas locais numa grande entidade abstrata”³⁰ – um feito já realizado na/pela Europa na era da construção do Estado-nação, mas que agora novamente avulta na agenda imediata, embora desta vez com o desafio mais amplo de uma formidável escala planetária. A previsão está longe de ser uma conclusão precipitada. O fato é que, quando “inflada a proporções universais, a compaixão vacila. A solidariedade em escala nacional foi um osso duro de roer; levou tempo para ser inculcada. A solidariedade mundial tem provado ser um vínculo mais frouxo ainda.”

Apesar das amplas possibilidades no sentido contrário, fazer o possível para concretizar essa previsão ainda é uma obrigação. Forjar um arcabouço capaz de acomodar a variedade das formas de vida humana e induzi-las a se engajar numa interação pacífica, de espírito cooperativo e mutuamente benéfica é uma questão de vida ou morte para todos os envolvidos – tanto para os despossuídos quanto para os privilegiados do mundo de hoje. E ocorre que, graças à singularidade de sua história, a Europa está mais bem situada do que qualquer outro setor da humanidade para enfrentar tal

desafio e insistir, de modo convincente e efetivo, que, quando se trata de um modo de conviver num planeta transformado numa densa rede de dependência mútua, na verdade não *há uma alternativa viável ou plausível*, uma vez que a segurança e o bem-estar de uma parte do globo não podem mais ser alcançados, muito menos garantidos, a menos que o direito a uma vida segura e digna seja estendido a todos, tanto no papel quanto de fato.

Robert Fine recentemente examinou essa previsão em referência à estrutura mental emergente (e que, de modo não surpreendente, se espalha animadamente pela Europa) que ele preferiu chamar de “novo cosmopolitismo, ou o cosmopolitismo que de fato existe”.

É uma forma de pensar que se declara em oposição a todas as formas de nacionalismo étnico e fundamentalismo religioso, assim como aos imperativos econômicos do capitalismo global. Percebe que a integridade da vida política contemporânea estaria ameaçada tanto pelos mercados da globalização quanto pelas formas regressivas de revolta que esta provoca, e objetiva reconstruir a vida política com base na visão iluminada de relações pacíficas entre Estados-nações, direitos humanos compartilhados por todos os cidadãos do mundo e uma ordem jurídica global apoiada por uma sociedade civil igualmente global.³¹

A descrição acima, Fine se apressa a acrescentar, refere-se igualmente a uma “abordagem teórica da compreensão do mundo”, a “um diagnóstico da era em que vivemos” e a “uma postura normativa em favor de padrões universalistas de avaliação moral, direito internacional e ação política”. Todos os três, permitam-me observar, têm raízes profundamente fincadas na experiência europeia, assim como na interpretação e na exposição, igualmente europeias, de seu significado.

Como sugere o grande pensador liberal Richard Rorty, “pelo menos sobre uma coisa os marxistas estavam certos: as questões políticas centrais são as que se referem às relações entre ricos e pobres”.³² E no entanto “temos agora uma superclasse global que toma todas as grandes decisões econômicas e o faz com total inde-

pendência das legislaturas, e *a fortiori* da vontade dos eleitores, em qualquer país”. “A ausência de uma sociedade política [*polity*] global significa que os super-ricos podem operar sem qualquer consideração por outros interesses que não os deles.” Mas também, permitam-me acrescentar, essa ausência significa que os “super-ricos” operam com pouca ou nenhuma chance de oposição efetiva que lhes permitiria evitar uma definição tão estreita dos “seus interesses”, o que torna suas ações suicidas, além de insensíveis, cruéis e ocasionalmente homicidas.

Não é essa a única questão da insustentável polarização das condições de vida, atuais e prospectivas, com seus efeitos incalculáveis, mas potencialmente desastrosos, sobre a segurança e a dignidade das vidas humanas. Dada a recusa direta da parte privilegiada da humanidade em mitigar a pilhagem e a queima inescrupulosas dos recursos energéticos do planeta, o que agora está em jogo é pura e simplesmente *a sobrevivência da espécie humana*. Nas palavras de George Monbiot, resumindo a sabedoria consensual dos *experts* em climatologia,

não estamos contemplando o fim dos feriados em Sevilha. Estamos contemplando o fim das condições que permitem que a maioria dos seres humanos permaneça na Terra ... Em outras palavras, se deixarmos que o mercado governe a nossa política, será o nosso fim. Só se assumirmos o controle de nossas vidas econômicas, e exigirmos e criarmos os meios para que possamos cortar o nosso consumo de energia em 10% ou 20% dos níveis atuais, é que poderemos evitar a catástrofe que nossos egos racionais podem perceber.³³

Wolf Lepenies resumiu a sua palestra em Poznan clamando “por um outro Marx” que, em vez de *O capital: uma crítica da economia política*, escrevesse um livro intitulado *Mercados financeiros: uma crítica da economia despolitizada*. Da repolitização da economia, insistiu Lepenies, depende a sobrevivência da democracia. Com toda a probabilidade, podemos acrescentar, não apenas a sobrevivência da democracia, mas também a continuidade da existência da espécie que a criou e a apreciou depende desse salto – da

“Grande Transformação Grau Dois”, que precisa seguir-se àquela iniciada pela Europa muitos séculos atrás.³⁴

O fim da história é um mito – ou uma inevitável catástrofe. E assim é o fim da aventura europeia – da Europa como aventura.